

Brasil quer colocar dívida em dia até o fim do ano

Brasília — No dia 31 de dezembro, o Brasil eliminará os atrasos nos pagamentos de juros e do principal da dívida externa, que no final de agosto já somavam 2 bilhões 543 milhões de dólares; o déficit público não superará Cr\$ 19 trilhões 350 bilhões e, no último trimestre deste ano, a inflação deverá baixar para uma taxa de 5% ao mês; no último trimestre de 84, ela poderá cair para 2,5% mensais. Todas as restrições cambiais que envolvam remessas de lucros, **royalties** e dividendos deverão ser suprimidas ainda em 83.

Estes são os principais compromissos assumidos pelo Governo na Carta de Intenção entregue, no último dia 15, quinta-feira passada, ao diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosiére, assinada pelos Ministros da Fazenda, Ernane Galvêas, do Planejamento, Delfim Neto, e pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. A Carta está acompanhada de um Memorando Técnico de Entendimento, de três folhas e cinco anexos, que detalha os principais dados econômico-financeiros discutidos com o FMI.

Reservas negativas

No primeiro destes quadros, o Governo informa que as reservas cambiais líquidas do país, no dia 30 de junho, eram negativas em Cr\$ 4 trilhões 719 bilhões 600 milhões. Ou o equivalente, ao câmbio de Cr\$ 700, a 6 bilhões 700 milhões de dólares. Isto é, o Banco Central acumulava um valor muito maior de compromissos do que os recursos disponíveis para quitá-los.

Na página 4, após mencionar o arsenal de medidas adotadas para cortar pela metade o déficit público em 83, o Governo diz que: “Para o segundo semestre, poderemos ter de contar, inicialmente, com a continuação de taxas mensais bastante elevadas, resultantes de algumas medidas de correção de preços que foram implementadas recentemente e outras ações adicionais que terão de ser tomadas”.

E duas páginas adiante avisa que não vacilará na adoção desse novo pacote, se for necessário: “Uma revisão recentemente concluída do Orçamento consolidado das empresas estatais para 1983 visa a uma redução no volume das despesas. Um grande corte nos investimentos é inevitável, e economias suplementares têm de ser feitas nas despesas de custeio, de forma a compensar o sensível aumento do valor em cruzeiros das importações e do pagamento de juros sobre a dívida externa (relacionados com a maxidesvalorização)”.

Para justificar seu pedido de dispensa do cumprimento das metas do acordo, firmado em 6 de janeiro passado, a nova Carta de Intenção culpa as dificuldades de acesso a financiamentos externos nos níveis acordados à época e à “persistência de uma política de demanda”, responsável, ao lado da retirada dos subsídios, pela explosão inflacionária. Descreve os ajustes fiscais e monetários efetuados em 9 de junho, capazes de produzir uma receita adicional ao Tesouro no valor de Cr\$ 610 bilhões, e menciona o Decreto-Lei 2.045, que reajusta os salários em 80% do INPC, principalmente como fator capaz de neutralizar o desemprego e proporcionar economia no Orçamento de custeio das empresas estatais.

Projeções para 84

Faz projeções genéricas para 1984, estimando que o Orçamento operacional do Governo deverá proporcionar um superávit avaliado em 1,6% do PIB; projeta uma queda dos investimentos das estatais em 1% do PIB e assegura que o déficit público de responsabilidade dos Estados e Municípios deverá reduzir-se de 0,8% do PIB, após implacável controle sobre seu endividamento. Para obter tais metas, cita a criação do Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos — Comor como fiscal do déficit público, além dos freios monetários impostos aos créditos do Banco do Brasil e do Banco Central.

O Memorando de Entendimentos, por sua vez, estabelece para 83 que: 1) o déficit público não deverá ultrapassar Cr\$ 14 trilhões 900 bilhões no próximo dia 30 de setembro e Cr\$ 19 trilhões 350 bilhões no dia 31 de dezembro. (Assim, débitos do Governo central, dos governos estaduais e municipais e das empresas estaduais não poderão exceder a, respectivamente, Cr\$ 8 trilhões 900 bilhões, Cr\$ 9 trilhões 335 bilhões e Cr\$ 13 trilhões 945 bilhões, o ativo interno líquido ou crédito interno líquido das Autoridades Monetárias (ou seja, expansão do crédito ao setor privado, menos as reservas internacionais líquidas) estará limitado a Cr\$ 5 trilhões 600 bilhões em 30 de setembro, caindo para Cr\$ 3 trilhões 540 bilhões, como consequência da recuperação cambial, em virtude da esperada liberação de recursos externos do FMI e dos bancos.

Os novos limites de endividamento externo são 5 bilhões 500 milhões de dólares no fim de setembro e 9 bilhões de dólares no fim de dezembro; e a correção cambial, descontada a maxidesvalorização, não poderá ser inferior à inflação.

O memorando compromete-se, também, a eliminar ainda este ano: 1) limitações às remessas externas de taxas de assistência técnica e de **royalties**; 2) quotas de contribuição do café e do cacau; 3) imposto sobre exportação de sucos de laranja e tangerina, de farelo de milho e de couros de gado; 4) um imposto adicional progressivo sobre remessas externas de lucros e dividendos; e, 5) acordos bilaterais de pagamentos com a Hungria e Romênia.